

TRADICIONALMENTE MODERNO: EXPECTATIVAS EM TORNO DO EFÊMERO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DO SERRO (1880-1883)

*Cláudio Henrique Pessoa BRANDÃO¹
Carla Simone CHAMON²*

Resumo

O presente artigo é resultado de uma pesquisa sobre o Liceu de Artes e Ofícios do Serro, que existiu entre 1880 e 1883. A despeito da sua efêmera existência, o objetivo foi analisar as expectativas de modernidade projetadas sobre a escola. Além dos objetivos voltados para educar a infância desvalida, o Liceu foi resultado de um projeto de desenvolvimento moral e material encabeçado por políticos diamantinenses e serranos, que procuraram atualizar os projetos modernizadores de Teófilo Ottoni para o Norte Mineiro, executados na primeira metade do século XIX. Aqui, nos termos de Reinhart Kosseleck, as experiências fomentavam expectativas: o Liceu era tido como “tradicionalmente moderno”. As fontes analisadas foram: correspondências emitidas e recebidas pela Secretaria de Instrução Pública de Minas Gerais; os anais da Assembleia Legislativa Provincial; jornais; relatórios dos presidentes de província; leis e regulamentos da escola.

Palavras-chave: Liceu de artes e ofícios. Educação profissional. Norte Mineiro.

¹ Licenciado e Bacharel em História (PUC Minas). Mestre em Educação Tecnológica (CEFET-MG). Pesquisador independente.

E-mail: claudiohpb@pm.me.

² Doutora em Educação (UFMG). Professora Titular do CEFET-MG.

E-mail: carlachamon@gmail.com.

TRADITIONALLY MODERN: EXPECTATIONS AROUND THE EPHEMERAL ARTS AND CRAFTS LYCEUM OF SERRO (1880-1883)

*Cláudio Henrique Pessoa BRANDÃO
Carla Simone CHAMON*

Abstract

This paper attempts to present the result of a research about the Arts and Crafts Lyceum of Serro that existed between 1880 and 1883. Despite its brief existence, there were expectations of modernity surrounding the institution. Besides educating the destitute children, the Lyceum was part of a moral and material development project led by politicians from Diamantina and Serro. These politicians sought to gear Teófilo Ottoni's modernity projects to the north of Minas Gerais carried out in the first half of the nineteenth century. According to Reinhardt Koselleck, the experiences fomented expectations: the Lyceum was reputed to be "traditionally modern". The researched documents were the following: administrative letters of Minas Gerais's secretary of public education; annals of Minas Gerais legislative assembly; newspapers; reports of the province presidents; Lyceum's statutes.

Keywords: Arts and Crafts Lyceum. Professional education. North of Minas Gerais.

TRADICIONALMENTE MODERNO: EXPECTATIVAS ALREDEDOR DEL EFÍMERO LICEO DE ARTES Y OFÍCIOS DEL SERRO (1880-1883)

*Cláudio Henrique Pessoa BRANDÃO
Carla Simone CHAMON*

Resumen

El presente artículo es resultado de una investigación sobre el Liceo de Artes y Oficios del Cerro, que existió entre 1880 y 1883. A pesar de su efímera existencia, el objetivo fue analizar las expectativas de modernidad proyectadas sobre la escuela. Además de los objetivos puestos en educar la infancia desvalida, el Liceo fue resultado de un proyecto de desarrollo moral y material encabezado por políticos diamantinenses y serranos, que procuraron actualizar los proyectos modernizadores de Teófilo Ottoni para el Norte Mineiro, ejecutados en la primera mitad del siglo XIX. Aquí, en los términos de Reinhardt Kosseleck, las experiencias fomentaban expectativas: el Liceo era tenido como “tradicionalmente moderno”. Las fuentes analizadas fueron: correspondencias emitidas y recibidas por la Secretaría de Instrucción Pública de Minas Gerais; los anales de la Asamblea Legislativa Provincial; periódicos; informes de los presidentes de provincia, leyes y reglamentos de la escuela.

Palabras clave: Liceo de artes y oficios. Educación profesional. Norte Mineiro.

Introdução

O presente artigo é um resultado de uma pesquisa historiográfica sobre o Liceu de Artes e Ofícios do Serro, localizado no norte de Minas Gerais. Fundado em 1880, esse Liceu foi destinado à educação profissional de meninos pobres, “desvalidos”, dos 10 aos 14 anos de idade. De acordo com sua lei de criação (MINAS GERAIS, 1879) e seu primeiro regulamento (MINAS GERAIS, 1880b), a escola tinha por objetivo oferecer dois cursos complementares ao ensino primário - o literário e o profissional -, direcionados preferencialmente para filhos de funcionários públicos, oficiais, policiais e outros empregados provinciais que tivessem caído na miséria, devido a uma crise econômica que assolava a região desde a década de 1860. O curso literário seria composto pelo ensino de Francês, Aritmética, Geometria Plana, Desenho Linear e ainda as matérias exigidas no Regulamento n.º 84, que regia a instrução na Província para as escolas primárias de 2.º grau: Leitura, Caligrafia, História do Brasil, História Sagrada, Noções de Geografia do Brasil. Somente o ensino de Latim seria facultativo. O Catecismo e a História Sagrada seriam ministrados por um capelão contratado especialmente para servir à escola. O curso profissional seria composto pelas oficinas de Alfaiataria, Sapataria, Marcenaria, Serralheria e Ferraria. Os professores desses ofícios poderiam ser mestres nacionais ou estrangeiros. Também haveria o ensino profissional de Música Vocal e Instrumental. Organizado como um internato, somente teriam acesso ao curso profissional os alunos internos, que teriam que permanecer por no mínimo 5 e no máximo 7 anos para completar a sua formação; o curso literário poderia ser frequentado livremente por alunos externos. O vestuário dos internos seriam o que eles mesmos produzissem nas oficinas. O material escolar, os medicamentos e a alimentação seriam fornecidos à custa do Liceu. A rotina de estudos, de trabalhos, de exercícios corporais e de recreação dos meninos seria organizada de acordo com os preceitos da higiene.

O Liceu funcionou, de forma descontínua, por menos de três anos. As correspondências enviadas e recebidas pela Secretaria de Instrução Pública de Minas Gerais e as menções a ele nos Relatórios dos Presidentes da Província levam a crer que o Liceu funcionou da seguinte forma: de julho de 1880 até janeiro de 1881, quando teve uma primeira interrupção das suas atividades devido à falta de verbas. Após essa pausa, voltou a funcionar no final do mesmo ano, à luz de um novo regulamento, que tinha caráter mais parcimonioso nos gastos, excluindo matérias do currículo e reduzindo os pagamentos dos funcionários (MINAS GERAIS, 1881b). Em meados de 1882, o seu funcionamento foi interrompido mais uma vez por motivo financeiro, e em 1883, mesmo com a aprovação de outro regulamento que previa ainda menos gastos (MINAS GERAIS,

1883), definitivamente suas atividades foram encerradas. Na prática, o Liceu foi anexado a uma cadeira de instrução primária superior que já funcionava em sua sede e a única oficina instalada foi a de alfaiataria.

Além do presente trabalho, não existem pesquisas específicas sobre o Liceu de Artes e Ofícios do Serro, havendo apenas algumas informações sobre ele em trabalhos panorâmicos sobre a educação profissional. Francisco Iglésias (1958), investigando a política econômica dos governos provinciais mineiros, focalizou o ensino técnico pontuando a existência e falência dos estabelecimentos, a partir das fontes normativas, analisando alguns aspectos internos dos regulamentos. Para ele, o Liceu de Artes e Ofícios do Serro, tal como outras tentativas do gênero em Minas Gerais, não passou de letra morta dos legisladores. Celso Suckow Fonseca (1961) levantou em sua obra um número considerável de leis e outros documentos normativos das escolas de ensino técnico dos quatro cantos do Brasil. Sobre o Liceu de Artes e Ofícios do Serro, Fonseca descreveu os seus regulamentos e concluiu que o estabelecimento não passou de uma tentativa frustrada. Luiz Antônio Cunha (2000), que objetivou fazer uma história do ensino de ofícios no Brasil da Colônia à República, propôs uma visão geral dos Liceus de Artes e Ofícios, enfocando o do Rio de Janeiro (1857), o da Bahia (1871) e o de São Paulo (1882). Os Liceus de Artes e Ofícios do Serro e de Ouro Preto não foram incluídos em suas análises e são apenas citados, a título de informação em nota de rodapé.

Com vistas a elaborar histórias mais panorâmicas, Iglésias, Fonseca e Cunha não alcançaram vários aspectos particulares do Liceu de Artes e Ofícios do Serro, concluindo que os motivos que determinaram a não continuidade da Escola se deram pelo diminuto financiamento provincial. Objetivando um entendimento mais aprofundado sobre esse veredicto, problematizamos a constituição do Liceu de Artes e Ofícios do Serro entendendo-o como um amálgama de interesses, anseios, angústias, esperanças e expectativas compartilhadas, mas também em tensão. Essa Escola teve pelo menos três regulamentos revistos, transformados e adaptados a partir de debates registrados nos Anais da Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais. Por isso, entendemos o Liceu como fruto de uma prática e de um encontro social conflitivo que, de modo dialógico, representou a cristalização de respostas a problemas da sociedade, diagnosticados a partir de um intercâmbio de ideias entre diferentes sujeitos.

A partir do que os sujeitos que se envolveram na constituição do Liceu expressaram, poderíamos afirmar que a escola era tida como moderna ao analisar as suas diferentes dimensões. Poderíamos citar uma característica da dimensão educacional: uma escola técnica que buscava em

alguma medida romper com a experiência das escolas serranas, como forte acento religioso e literário. Também poderíamos citar a dimensão do significado econômico: os sujeitos que se envolveram na constituição do Liceu eram políticos-empresários que estruturavam um plano de desenvolvimento para o Norte Mineiro, assim, o Liceu seria uma peça-chave na formação de trabalhadores para atuarem nessa modernização. Ademais, há que se considerar uma das fortes representações projetadas no Liceu: tratava-se de dar continuidade ao legado modernizador de Teófilo Ottoni, político liberal, jornalista e empresário do norte-mineiro.

Na primeira metade do XIX, por meio da fundação de uma colônia de imigrantes - a “Colônia do Mucuri” - Teófilo Ottoni teria buscado efetivar transformações morais e materiais no Norte Mineiro, tendo como modelo os Estados Unidos da América. Ottoni visava fomentar a independência e autonomia da região, na medida em que fosse colonizada com trabalhadores que se autogovernassem. A questão era romper com a experiência escravocrata rumo a uma modernidade.

O objetivo do presente artigo é analisar as expectativas que foram projetadas no Liceu de Artes e Ofícios do Serro. Tais expectativas, carregadas de representações, nos levam a crer que o Liceu escolarizaria e atualizaria o legado modernizador que remontava a Teófilo Ottoni.

Para tratar do problema acerca do que tenha significado “moderno”, “modernidade” e “modernização” para aqueles que se envolveram na constituição e supressão do Liceu do Serro, caminhamos na direção sugerida por Marcus Vinícius Corrêa Carvalho (2012), acerca da necessidade de se dimensionar o adensamento polissêmico do que seja “moderno”. Nesse sentido, mobilizamos dois conceitos sugeridos por Reinhart Koselleck: campo de experiência e horizonte de expectativa. Nas palavras do historiador, o campo de experiência é

[...] o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento (2006, p.309).

E o horizonte de expectativa é

[...] futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem (2006, 310).

Uma categoria não pode existir sem a outra. É somente partindo da experiência, que é passado-memória plasmado no presente, que é possível a projeção de expectativas, sejam elas boas ou ruins. Com base, então, no campo de experiência surgem as expectativas, anseios, desejos e

esperanças que podem ser traduzidos em planos racionais de mudança e intervenção no tempo presente, com vistas a um futuro diferente:

Quanto menor o conteúdo de experiência, tanto maior a expectativa que se extrai dele. Quanto menor a experiência tanto maior a expectativa – eis uma fórmula para a estrutura temporal da modernidade, conceitualizada pelo “progresso” (KOSELLECK, 2006, p.326).

Tais conceitos servem, portanto, como “termômetros” para se medir a experiência de modernidade. Quanto mais se distancia o campo de experiências do horizonte de expectativas mais intensos são os sentimentos de moderno. Porém, como demonstraremos, para o caso do Liceu de Artes e Ofícios do Serro existia uma tradição serrana associada ao legado liberal de Teófilo Ottoni que servia de combustível da modernização, entendida como o esforço de renovação, de reforma, de mudança e de transformação da experiência. As expectativas de moderno traziam em seu âmago as permanências de aspectos positivados e selecionados do passado, que não era e nem pretendia ser superado integralmente. O tradicional e o moderno, como veremos, eram faces da mesma moeda, experiência e expectativa se nutriam de modo recíproco.

O Liceu de Artes e Ofícios do Serro no contexto das escolas profissionais do final do século XIX

Em 28 de setembro de 1871 foi aprovada a Lei do Ventre Livre, considerada, à época, como divisor de águas do progresso moral e material da nação. Entravam em pauta as preocupações sobre os destinos dos “ingênuos” – os nascituros de mães escravizadas, que, segundo a Lei, a partir dos 8 anos ficariam sob a tutela do senhor ou do Estado. Não por acaso, os Liceus de Artes e Ofícios se destinariam, de maneira geral, aos órfãos e desvalidos com idade a partir dos 8 anos. Tratava-se de educar para o trabalho a primeira geração de ingênuos. Era preciso garantir que eles fossem educados para contribuir, como futuros trabalhadores livres, para a ordem pública e social, não se degenerando em criminosos e vadios. A dimensão da formação moral do trabalhador, portanto, andava junto com a necessidade de sua formação técnica; em outras palavras, os discursos de defesa das escolas profissionais encamparam o *ethos* do trabalho que passava a circular na sociedade brasileira. Esses seriam os discursos que circulavam em torno das criações das escolas profissionais em Minas Gerais.

Foi em meio a estes discursos que surgiram as escolas de ensino profissional em Minas Gerais, no último quartel do século XIX, tal como analisou Chamon (2014b). Revisando as análises

já clássicas de Celso Suckow Fonseca (1961) e Luiz Antônio Cunha (2000), a historiadora afirma que as primeiras tentativas para fundação de escolas desta natureza em Minas são da década de 1870. Pelos levantamentos realizados por Pessoa Brandão e Chamon (2013), a criação dos Institutos de Menores Artífices nas cidades de Montes Claros, Pouso Alegre e Ouro Preto, por meio do projeto de lei apresentado em 1876, na Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais, parece ter sido o primeiro esforço do poder público nesse sentido.

Esse projeto teve como idealizador e defensor Francisco Luiz da Veiga, bacharel em Direito e então deputado provincial pelo Partido Conservador. Os Institutos se constituiriam como escolas primárias e seriam estatais, ou seja, sustentadas financeiramente pela Província. Defendendo uma instrução que habilitasse os “homens do trabalho”, sendo eles os lavradores, artistas e operários, para Francisco da Veiga as escolas objetivariam concorrer para o “desenvolvimento moral e material de nossa pátria e para o aumento da riqueza pública”. Considerando que os conhecimentos técnicos dos trabalhadores brasileiros eram “atrasadíssimos”, a intenção era superar esse aspecto, mas também formá-los como indivíduos independentes economicamente. Diante do potencial aumento de órfãos que a Lei do Ventre Livre geraria, as escolas seriam destinadas aos desvalidos, para que não se tornassem criminosos (Chamon 2014b).

Tratava-se da pauta de educar os órfãos desvalidos para se tornarem “operários inteligentes”, “cidadãos úteis”, capazes de se autogovernar moral e materialmente. O projeto não se efetivou pela indisponibilidade de verbas suficientes para custear os Institutos. Segundo Chamon (2014b), isso foi um obstáculo comum a todas as tentativas de constituição de escolas profissionais no Brasil nas décadas finais do XIX.

O projeto dos Institutos ficou engavetado por três anos, até 1879, quando foi defendido o projeto de lei do Liceu de Artes e Ofícios do Serro, que serviu de “álibi” para que a Província também se comprometesse com o projeto mais antigo dos Institutos. Junto aos regulamentos do Liceu do Serro foram aprovadas verbas somente para a instalação do Instituto de Menores Artífices de Montes Claros, porém ambas escolas não duraram mais do que três anos, encerrando suas atividades em 1883. A Província mineira teve que esperar até 1886 para que fosse fundado, por intermédio de uma entidade filantrópica, o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto. Também com custeio de particulares, já na República, foram fundados os Liceus de Artes e Ofícios de Diamantina (1896) e de São João Del Rey (1910), conforme informou Fonseca (1861, p. 485).

Assim como as demais instituições de ensino de ofícios manufatureiros brasileiras e mineiras acima citadas, podemos afirmar que o Liceu de Artes e Ofícios do Serro surgiu com dois objetivos:

ensinar cientificamente as técnicas artesanais e resgatar da vadiagem a infância pobre e desvalida. Porém, é possível perceber nuances específicas dessa instituição que tiveram relação com a região para a qual foi forjada e, ato contínuo, com os planos educacionais de seu idealizador, o então deputado provincial diamantinense João da Matta Machado (1850-1901).

O Liceu De Artes e Ofícios do Serro e o Norte Mineiro: “tradição moderna”

Em 15 de julho de 1880, em meio a exaltações acerca do legado de Teófilo Ottoni, a cidade do Serro festejou a instalação do Liceu de Artes e Ofícios. O jornal ouropretano “A Actualidade” (A ACTUALIDADE, 1880, p. 2), órgão do Partido Liberal, noticiou que naquele dia, às 12 horas, reuniram-se no Largo da Matriz do Serro as pessoas mais “gradadas” da cidade para assistir à solene instalação do Liceu. O jornal narrou detalhes da ocasião: o inspetor de instrução pública da cidade, José Maria Brandão, declarou o começo dos trabalhos escolares “encarecendo o mérito do estabelecimento e o seu futuro auspicioso”. Ele saudou a Assembléia Legislativa de Minas Gerais e o legislador que apresentou e fez aprovar o projeto de lei da escola, o diamantinense João da Matta Machado Júnior. Finalizado o seu discurso, em seguida, tomou a palavra o Dr. Mares Guia, então presidente da Câmara Municipal do Serro, rememorando que a cidade foi berço de ilustres homens como Teófilo Ottoni; disse que o legislador tinha escolhido o “torrão mais fértil para nele lançar as sementes mais fecundas para o norte de Minas”. Terminou dizendo que o estabelecimento era “a flor da esperança, que daria mil frutos”. O Barão do Serro, de igual modo, “pensando no grandioso porvir do Liceu de Artes e Ofícios e mostrando o desenvolvimento que podia ter”, como narrou o jornal, felicitou a “pátria serrana” e o legislador por tamanha homenagem à cidade. Falaram ainda os professores do Liceu, Cândido de Senna e Tocantins; este último, se elevou em “sentimentos nobilíssimos” em prol da escola. Quando falou Augusto Vaz de Mourão, “todos brilhantemente ergueram bem alto o mérito da criação [da escola] e o nome do Serro”. O jornal finalizou a notícia do seguinte modo: “festejou o povo, festejou o Serro a instalação do Liceu de Artes e Ofícios, que uma Assembléia patriótica criou para os meninos desvalidos na terra e berço do ínclito patriota mineiro, Teófilo Ottoni”.

No caso, a referência a Ottoni remete a um ambiente político do chamado Norte Mineiro, que forjou Ottoni como figura de referência em termos de modernidade e progresso. Mas é preciso também levar em conta outras duas variáveis como motivadoras para essas homenagens: a primeira, é que vários sujeitos que se envolveram diretamente na constituição do Liceu tinham parentesco direto ou indireto com Ottoni; a segunda, é que os mesmos eram membros do partido

no qual esse serrano fez sua carreira política, o Partido Liberal. O Liceu parecia ser uma instituição congregadora de sujeitos que se identificavam pelos fatores de parentesco somados aos valores políticos.

Antônio Thomaz de Godoy, o primeiro diretor nomeado para o Liceu, levava o nome de seu pai, o Desembargador Godoy, primo de Ottoni. Quando o Desembargador veio a falecer, ele deixou para Ottoni a guarda de seus filhos. Porém, Godoy, o filho, por pouco tempo ficou sob a tutela de Ottoni; sua mãe, a filha de Francisco José de Vasconcelos Lessa, o Barão de Diamantina – que também foi companheiro de Ottoni na política e nos negócios e importante líder liberal no Norte Mineiro –, foi esposada em segundas núpcias por Ernesto Pio dos Mares Guia, então presidente da Câmara do Serro na ocasião de instalação do Liceu acima descrita, membro do Conselho Fiscal do Liceu e seu forte defensor no parlamento mineiro. Esses sujeitos compartilhavam sociabilidades, faziam parte de grupos familiares e/ou políticos em que a figura de Ottoni era o fator de coesão que fundamentava os sentimentos de pertencimento ao Norte Mineiro. Outro membro do conselho fiscal do Liceu, o Dr. Joaquim Vieira de Andrade, era sobrinho direto de Ottoni. Curiosamente, as relações pessoais de parentesco coexistiam com as aspirações de um governo impessoal pautado nos interesses nacionais.

Diante dessa rede social que envolvia aqueles que se relacionaram com o Liceu é possível propor uma leitura acerca da escolha do edifício para a instalação da escola. Tais são as palavras da correspondência enviada para a Secretaria de Instrução Pública – assinada por José Maria Brandão, Barão do Serro, Ernesto Pio dos Mares Guia e Antônio Thomaz de Godoy – que apresentava os critérios para a escolha do edifício:

o Conselho Diretor tratou de examinar os diferentes edifícios que poder-se-iam prestar para neles funcionar o mesmo Liceu e achou que, pelas suas condições, o único prédio que se presta a tal fim, é a casa do finado Barão de Diamantina, situado na rua direita d' esta Cidade, perto da Matriz, a qual com pequenos retoques em suas divisões internas satisfaz as vistas do Legislador, por nele existirem salões e quartos próprios para todas as aulas e oficinas, dormitórios e mais misteres do mesmo estabelecimento. (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1880d)

Não podemos negar o fato de que, provavelmente, o amplo espaço do edifício poderia oferecer as condições adequadas para a instalação da escola, porém é simbólica a escolha do antigo casarão do Barão de Diamantina. Localizado no largo da Igreja Matriz do Serro, tratava-se de uma das edificações mais suntuosas e tradicionais da cidade. Ora, a instalação do Liceu naquele edifício em particular nos permite pensar que se tratava da reafirmação de uma tradição: valores familiares e políticos eram conservados. Tratava-se de um engajamento de toda uma rede

de parentesco indissociável com uma rede de atuação pública, política, com muita projeção e importância no Serro. A localização do edifício denota toda essa importância política, cultural e social. Em torno das figuras de Teófilo Ottoni, do Barão de Diamantina, do Desembargador Godoy, as novas gerações de liberais serranos davam continuidade à tradição dando-lhe uma atualização modernizadora: era preciso educar moral e materialmente uma classe proletária para contribuir para o progresso regional. Poderíamos dizer que se tratava do edifício tradicional atualizado com um mobiliário moderno, que seriam a materialidade e os valores modernizadores a serviço da educação profissional.

Acerca da cerimônia de instalação do Liceu, a representação compartilhada sobre um passado que teve Ottoni como ícone, parece ter sido a inspiração impulsionadora de um projeto de futuro também compartilhado pelos agentes que se envolveram na constituição do Liceu. Em outras palavras, as referências a Ottoni como um serrano que no passado teve certa “visão de futuro” ou uma “visão de progresso”, fundamentaram o plano do Liceu como um importante vetor de formação das sensibilidades necessárias à nova ordem urbana e industrial que começava a se impor na década de 1870. O Liceu de Artes e Ofícios do Serro foi o amálgama que reuniu um campo de experiência que serviu de combustível para um horizonte de expectativas que fundamentou os planos educativos da escola.

Tal como o jornal noticiou sobre as declarações dos sujeitos presentes na ocasião de instalação do Liceu, a leitura comum sobre o passado do Norte Mineiro também tinha Teófilo Ottoni como um dos principais mitos. Ao homenagear e “co-memorar” o seu legado, os que se reconheciam como seus herdeiros pareciam ter o Liceu como o lugar onde os seus valores modernizadores seriam retomados e atualizados. O objetivo era alcançar a liberdade que poderia ser conquistada somente por meio do trabalho diligente. Trabalho era o meio de o indivíduo tornar-se virtuoso, se autodisciplinando contra o ócio e os vícios. No hino do Liceu de Artes e Ofícios do Serro composto pelo Dr. Sena, podemos perceber a exaltação a certo valor que formava a expectativa sobre a sociedade ideal a qual a escola deveria educar:

Irmãos! Exultemos; no solo Serrano,
Mais rico de gênios, que d'ouro e diamantes,
D'um templo das artes, da paz protetoras,
Agora se abrirão as portas brilhantes.
Melhor que os tambores, e as salvas ruidosas,
Que, em campo sangrento, festivas ecoam,
O fumo das forjas, o arado e o martelo
Ao gênio da pátria louvores entoam.
Si outr'ora na imprensa fecundas idéias

Audaz sentinela caçou-se em plantar,
Agora na escola, nós filhos do povo,
Faremos o gérmen feliz desabrochar
[...]
(A ACTUALIDADE, 1880, p. 2)

Exultando o Serro por ser berço de gênios, mais do que “tambores em campo sangrento” a cidade passava a recorrer ao arado e ao martelo para difundir, por meio da escola, o “germe” de fecundas ideias que no passado teriam sido “plantadas” pela “audaz sentinela”, referência ao periódico *Sentinela do Serro*, editado por Teófilo Ottoni entre 1830 e 1832. A *Sentinela do Serro* foi reavivada no hino do Liceu com o fim de exaltar o seu legado em prol das “corajosas lutas” pela liberdade, pois o trabalho – representado na imagem: “as forjas, o arado e o martelo” – seria melhor que “os tambores, e as salvas ruidosas, que, em campo sangrento, festivas ecoam”. Tal passagem parece se referir à Revolta Armada de 1842, a “Revolução Liberal”, que teve Ottoni como um dos principais personagens. O Liceu, o livro e o trabalho, e não a guerra seriam as armas para a conquista da liberdade: “Da sã liberdade marchando à conquista, / As armas teremos no livro e no malho, / Só pode ser livre quem pensa e reflete, / Quem ama a virtude, quem dá-se ao trabalho” (A ACTUALIDADE, 1880, p. 2-3).

O valor que se depreende do hino vai ao encontro daquele reivindicado por Ottoni em seus planos da Colônia do Mucuri. A ideia era colonizar com imigrantes que já fossem moralizados e diligentes, capazes de se autogerirem. O plano de colonização de Ottoni, no início, voltava-se não para o “socorro” dos habitantes do Norte Mineiro, mas para o desenvolvimento de uma economia que teria como cerne empreendedores, ou seja, habitantes que tivessem capital necessário para se auto custearem. O valor da liberdade que os sujeitos em torno Liceu do Serro exaltavam era justamente esse: do trabalhador que, se autogovernando, seria capaz de superar o ócio e o vício, degradantes tanto para o indivíduo quanto para a nação. “Liberdade” seria a conquista da emancipação moral e material, uma vez que o trabalhador virtuoso conquistaria com seu próprio esforço a sua propriedade, seja como terra ou como independência para com outrem. Tal concepção é próxima daquela representada na seguinte passagem do hino do Liceu composto pelo Dr. Sena: “Irmãos, exultemos, a escola das artes/É aonde germina o porvir da nação/Virtude e trabalho – mais firme alicerce, /Que o ouro e as vitórias, que o sabre e o canhão” (A ACTUALIDADE, 1880, p. 2, grifos nossos). A escola parecia querer “escolarizar” a sensibilidade que dava fundamento para o projeto civilizatório de Ottoni.

Além das representações presentes na cerimônia de instalação da escola e nos hinos que lhe foram dedicados, a reafirmação do legado de Ottoni em outros momentos indicia que o Liceu

representou para seus idealizadores a atualização – na forma escolar – de uma educação das sensibilidades que balizou o processo civilizador vivido no Mucuri. Afirmamos isso com base em outras ocasiões em que os sujeitos que se envolveram na constituição do Liceu exaltaram o legado de Ottoni, principalmente os seus projetos empresariais e a sua visão sobre o trabalho e o trabalhador. Em 1878, na mesma legislatura em que defendeu o projeto do Liceu, Matta Machado, apresentou um projeto para elevar à cidade o arraial de Filadélfia. As referências à América do Norte eram diretas, tais como as presentes na seguinte poesia composta pelo Reverendo Domingos Pereira de Oliveira dedicada à Filadélfia:

Se na América do norte
Uma se ostenta gentil,
Também quis dar-nos a sorte
Filadélfia no Brasil.
Inda nova, é já tão bela
Como o fulgir de uma estrela
Como o sorrir de donzela!
Dos sonhos de um trovador!
É Odalisca formosa
Olhando a riba ditosa
Do Mucuri, seu amor.

(MINAS GERAES, 1879a, p. 435, grifos nossos)

Com um espírito de exaltação semelhante, na sessão de 3 de Outubro de 1878, Dr. Matta Machado apresentou para a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais o projeto que criava o município de Filadélfia, elevando a freguesia à categoria de cidade. Iniciou seu discurso dizendo que, quando em 1846 o “legendário mineiro Teófilo Ottoni” retirou-se das lutas políticas, onde “combatera como valente general”, e resolveu organizar a Companhia do Mucuri, esse “distinto brasileiro” tinha como objetivo “levar a civilização às matas incultas” e abrir um porto ao norte da província.

Afirmando que o sonho de Ottoni teria se tornado realidade, pois a empresa do Mucuri não teria desaparecido totalmente, pois teria deixado Filadélfia como legado – o conservador Manoel Fulgêncio intervinha: “É mais um título que recomenda este mineiro à posteridade”. Matta Machado dizia que a semente lançada germinara em um pequeno núcleo de povoação que, naquele momento, já teria se desenvolvido ao ponto de merecer ser elevada à cidade. Justificava que propunha elevar à cidade tal povoação sem elevá-la primeiro à vila, pois dizia que, quando Teófilo Ottoni inaugurou o primeiro estabelecimento no centro das matas, “em um improviso cheio de entusiasmo e patriotismo” teria declarado aos presentes naquela ocasião: “Este pequeno núcleo de povoação que se ergue, esta pequena aldeia que levantamos há de se erguer cidade sem ter sido

vila”. Daí, o diamantinense pedia à Assembleia que considerasse o seu projeto “realizando a profecia deste nosso distinto mineiro”, elevando a cidade à freguesia, ultrapassando a intermediária categoria de vila. Afirmava que não era preciso dizer que aquela freguesia já estava em condições de ser elevada à cidade, pois os requisitos eram praticamente evidentes, em suas palavras: “patentes são o progresso e desenvolvimento desta florescente e esperançosa localidade” (MINAS GERAES, 1879a, p. 241). Ao terminar o discurso foi ovacionado com congratulações dos deputados, tal como registrado pela taquigrafia.

Esse conjunto de representações nos leva a entender o Liceu de Artes e Ofícios do Serro como a atualização – na forma escolar – do projeto de sociedade idealizado por Teófilo Ottoni. Nesse sentido, o Liceu de Artes e Ofícios do Serro seria a projeção da potência civilizadora do trabalho, condição da formação do *self made man* e de uma sociedade capaz de se autogovernar. Tal projeto parecia se constituir de duas frentes interdependentes, uma civilizatória e outra modernizadora; tratava-se de um projeto “civilizatório-modernizador”. Civilizatório porque a intenção seria a supressão dos antigos hábitos autóctones em troca de outros considerados como superiores ou mais civilizados. Ottoni tinha em mente a construção de uma sociedade regida por valores e normas de convívio que superassem os costumes dos “sertões norte-mineiros”, tidos como bárbaros e selvagens. Tais valores teriam como cerne a figura do trabalhador autossuficiente, independente, ao contrário do trabalhador escravizado. No Liceu foram projetadas expectativas análogas em prol da formação de futuros trabalhadores livres e independentes moral e materialmente, porém com novas ferramentas a lançar mão: o livro e as letras.

Concomitantemente, era um projeto modernizador, pois o Liceu parece ter sido concebido dentro do projeto ottoniano que buscava romper em alguma medida com um espaço de experiência legado pela sociedade colonial – conforme Koselleck: “só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então” (KOSELLECK, 2006, p. 314). Ottoni buscou formar uma nova classe de trabalhadores livres, proprietários de si e dos seus próprios meios de produção em contraposição à mão-de-obra escrava; transformar a infraestrutura produtiva, incentivando a diversificação das atividades econômicas de modo que a região não dependesse principalmente da mineração; transformar o espaço, encurtando-o por meio da abertura de meios de comunicação modernos, como a navegação a vapor e as ferrovias em contraposição às “selvagens matas” dos sertões norte-mineiros; promover uma educação mais técnica do que humanística, rompendo com o legado educacional das cadeiras régias e das escolas

clericais. Tratava-se de superar um campo de experiência por meio de um novo projeto de sociedade: a constituição de uma sociedade livre, balizada pelos valores da ciência e da técnica. Daí a natureza modernizadora projetada no Liceu, entendida como o esforço de renovação, de reforma, de mudança e de transformação da experiência.

Ainda poderíamos dizer que o Liceu buscava reafirmar uma “tradição de moderno” associada ao Norte Mineiro, dando ênfase ao legado ottoniano em detrimento do espaço de experiência relacionado à tradição imperial escravista e centralizadora, selecionado assim uma tradição com caracteres modernizadores. Quando os sujeitos que se envolveram na constituição da escola se referiam ao Serro como “terra de tradições”, a tradição aqui serve de combustível da modernização. Ottoni era o principal mito constituinte dessa tradição seletiva, pois era modernizador, queria provocar mudanças sem precedentes. Essas expectativas de moderno trazem em seu âmago as permanências de aspectos positivados do passado que não deveriam ser superados, ao contrário, deveriam ser revigorados, atualizados a partir das novas demandas da sociedade. O tradicional e o moderno eram faces da mesma moeda, experiência e expectativa se nutriam de modo recíproco, daí o paradoxo: tradição de moderno.

O Liceu, além dos seus objetivos de moralização para o trabalho, foi idealizado como um vetor de desenvolvimento econômico do Norte Mineiro, preparando trabalhadores para atuarem como operários nas obras de modernização das infraestruturas produtivas da região. Se Ottoni já havia advogado um ensino mais técnico do que humanístico, para os Felício dos Santos e os Matta Machado a educação profissional surge como vetor indissociável dos planos para o desenvolvimento material do Norte Mineiro. Em outras palavras, o Liceu do Serro atualizou os planos de Ottoni, servindo como instituição formadora de trabalhadores preparados moral e tecnicamente para servirem à modernização do Norte Mineiro ao lado das ferrovias e da navegação a vapor, gestadas naquele momento pelos político-empresários norte-mineiros.

Considerações Finais

A década de 1870 foi um momento de grandes transformações para o Norte Mineiro, pois um dos principais produtos industriais da região, o diamante, passava por uma intensa crise inflacionária. Com vistas a desenvolver uma infraestrutura econômica independente da pedra preciosa, os capitais da mineração foram investidos em aberturas de indústrias têxteis, na formação de mercados locais, em aberturas de estradas de ferro e na navegação a vapor. Era promover uma modernização da região, para que ela pudesse sobreviver à crise dos diamantes e se elevar a um outro patamar de participação

no progresso nacional. Para cumprir com tal desiderato, seriam necessários trabalhadores moralizados e tecnicamente capacitados para se engajarem na reconstrução da região. Nesse contexto, o Liceu do Serro era tido, de acordo com os argumentos dos parlamentares que se engajaram pela sua conservação, como melhoramento indispensável e indissociável dos demais vetores de modernização regional. Dessa forma, o Liceu do Serro foi analisado como participante de um amplo projeto de desenvolvimento moral-material do Norte Mineiro.

Entretanto, para os norte-mineiros tais expectativas de moderno não eram novas, elas se remetiam aos projetos políticos e empresariais do serrano Teófilo Ottoni, que era tido como um “herói modernizador” da região – um mito constituinte de uma “tradição de moderno” tida como própria do Norte Mineiro. Ainda na primeira metade do século XIX, Ottoni se engajou justamente pela abertura de ferrovias, da navegação a vapor e da colonização, buscando formar com imigrantes uma nova classe trabalhadora em contraposição à escravizada. O valor principal dos novos trabalhadores norte-mineiros seria o do autogoverno moral, submetendo seus vícios e vencendo o ócio, e material, pois deveriam ser economicamente independentes a partir dos frutos do seu trabalho. Uma vez que os planos modernizadores de Ottoni não foram efetivados, procuramos demonstrar que os serranos que se engajaram pelo Liceu retomavam, revigoravam e atualizavam aquelas expectativas. Na medida em que buscaram efetivar os projetos de implantação de vias de comunicação tidas como modernas no Norte Mineiro, o Liceu parecia escolarizar os intentos modernizadores de Ottoni no que se referia à formação educacional que seria oferecida pela escola. O Liceu deveria educar trabalhadores nos valores da liberdade, da ciência e do trabalho diligente; o conjunto desses valores era representado como uma aurora que surgia no horizonte para iluminar uma condição de trevas em que estaria adormecida a mocidade serrana. Elevadas expectativas de moderno foram projetadas na escola, o anseio era a superação de um espaço de experiência, uma condição presente representada como de estagnação. Poderíamos entender, dessa forma, o Liceu como uma escola moderna, na medida em que trazia em si uma tradição que não deveria ser superada, mas atualizada e revigorada. O moderno e o tradicional se nutriam de modo recíproco.

Em 1913 foi inaugurado no Serro o Liceu e Patronato Agrícola Casa dos Ottoni, criado pelo irmão de Teófilo Ottoni, o industrial Júlio Ottoni. Também voltado para o ensino técnico dos desvalidos, o patronato funcionou até 1930 no mesmo edifício em que fora instalado o Liceu de Artes e Ofícios do Serro, o casarão do Barão de Diamantina. Quais seriam as relações desse patronato como o antigo Liceu? Seria mais uma tentativa de reafirmação e atualização daqueles valores modernizadores que remontavam a Teófilo Ottoni? Essas são algumas das perguntas que

surtem ao refletirmos sobre a efêmera existência do Liceu de Artes e Ofícios do Serro. Por isso, pesquisar a história da educação profissional constitui um estimulante caminho para compreender as expectativas de construção da modernidade em Minas Gerais e no Brasil.

Referências

Leis

MINAS GERAIS; ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL. Decreto n. 2543 de 6 de dezembro de 1879. Ouro Preto, 1880. p. 14-16.

Regulamentos

MINAS GERAIS. *Regulamento nº 88 de 13 de janeiro de 1880*. Ouro Preto: Tipografia da Atualidade, 1880b. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras_docs/viewcat.php?cid=3754>. Acesso em: 14 jun. 2015.

MINAS GERAIS. *Regulamento n. 96 de 7 de dezembro de 1881*. Ouro Preto: Tipografia da Atualidade, 1881b. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras_docs/viewcat.php?cid=3915>. Acesso em: 14 jun. 2015

MINAS GERAIS. *Regulamento n. 98 de 20 de abril de 1883*. Ouro Preto: Tipografia da Atualidade, 1883. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras_docs/viewcat.php?cid=4140>. Acesso em: 14 jun. 2015

Relatórios presidentes de províncias

MINAS GERAES; ASSEMBLÉIA PROVINCIAL. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia de Minas Geraes na sessão extraordinaria de 2 de março de 1871 pelo presidente, o illm. e exm. sr. doutor Antonio Luiz Affonso de Carvalho*. Ouro Preto: Typ. de J.F. de Paula Castro, 1871.

MINAS GERAES; ASSEMBLÉIA PROVINCIAL. *Relatório que ao Illm. e Exm. Sr. Senador João Florentino Meira de Vasconcelos apresentou o Illm. e Exm. Sr. Dr. José Francisco Netto, no ato de passar-lhe a administração da Provincia de Minas Gerais em 4 de maio de 1881*. Ouro Preto: Typ. da Actualidade, 1881.

Jornais

A Actualidade: orgao do Partido Liberal. Ouro Preto [MG]: Typ. de Jose Egydio da Silva Campos, 4 nov. 1880, n. 122, p. 2. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/actualidade/230359>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

A Actualidade: orgao do Partido Liberal. Ouro Preto [MG]: Typ. de Jose Egydio da Silva Campos, 4 nov, 1880, nº 10, p. 1. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/actualidade/230359>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

DECIMO Setimo Districto: órgão político, noticioso e commercial. Diamantina [MG]: Typ. do 17 Districto, 1885- . Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/districto/811947>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

O Serro: órgão democrata. Serro [MG]. 5 set. 1892, n. 1, p. 4. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/viewcat.php?cid=24223>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

TENTAMEN: órgão imparcial. Serro [MG]. 21 ago. 1890, n. 1, p. 1. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/viewcat.php?cid=24302>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

Cartas e correspondências

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Instrução pública*. IP1/1, Cx. 36, Doc. 72.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Instrução pública*. IP1/1, Cx. 37, Doc. 35.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Secretaria de Governo*. Correspondência recebida pela Presidência da Província referente à instrução pública. SG-1001, 04 de junho de 1880d.

Anais da Assembléia Legislativa Provincial

MINAS GERAES; ASSEMBLÉA PROVINCIAL. *Annaes da Assembléa Provincial de Minas Geraes*: [sessão de 1878: 1º anno da 22ª legislatura]. Ouro Preto: Typographia da Actualidade, 1879a. 458 p. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11037/3133>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

MINAS GERAES; ASSEMBLÉA PROVINCIAL. *Annaes da Assembléa Provincial de Minas Geraes*: [sessão de 1879: 2º anno da 22ª legislatura]. Ouro Preto: Typographia da Actualidade, 1880. 699 p. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11037/3134>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

Bibliografia

CARVALHO, Marcus Vinícius Correa. Moderno, Modernidade e Modernização: polissemias e pregnâncias. In: GIL, Natália; CRUZ e ZICA, Matheus da; FARIA FILHO, Luciano M. *Moderno, modernidade, modernização: a educação nos projetos de Brasis – séc. XIX e XX*. Belo Horizonte: Mazza, 2012.

CHAMON, Carla Simone. “O Ensino Técnico no Brasil” (1887). In: X COLUBHE, 2014. Curitiba. *Anais do X Congresso Luso Brasileiro de História da Educação*. Curitiba: PUC-PR, 2014, v. 1, p. 1-11.

CHAMON, Carla Simone. Escolas de artes e ofícios mecânicos em Minas Gerais em fins do Império. In: *Cadernos de História da Educação*. v. 13, n. 2 – jul/dez. 2014.

COELHO, Paulo Henrique de Souza. O ensino de artes e ofícios em Minas Gerais e a experiência do Liceu Baependiano: um estudo sobre o funcionamento e as motivações da instalação de um Liceu na cidade de Baependi durante a década de 1870. In: *Anais do VII Congresso de Pesquisa em História da Educação (COPEHE) de Minas Gerais*, 2013.

CUNHA, Luiz Antônio. Instituições de ensino de ofícios manufatureiros no Brasil Império. In: *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. SP: UNESP; Brasília: FLACSO, 2000, pp. 109-144.

CUNHA, Luiz Antônio. Instituições de ensino de ofícios manufatureiros no Brasil Império. In: *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. SP: UNESP; Brasília: FLACSO, 2000, pp. 109-144.

FONSECA, Celso Suckow da. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, 2v, 1961.

- GAMA, Ruy (Org.). *História da técnica e da tecnologia: textos básicos*. São Paulo: T. A. Queiroz; Ed. Da Universidade de São Paulo: 1985.
- IGLESIAS, Francisco. Ensino técnico. In: *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)*. Ministério da educação e cultura – Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro: 1958. p.137-153.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora da PUC-Rio, 2006
- LIBBY, Douglas Colle. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. Editora Brasiliense. 1988.
- LEAL, Maria das Graças Andrade. *A arte de se ter um ofício: O Liceu de Artes e Ofícios da Bahia*. Salvador. Fundação Odebrecht. 1996.
- MARTINS, Marcos Lobato. Os Mata Machado de Diamantina: Negócios e política na virada do século XIX para o século XX. In: *XIII Seminário sobre a Economia Mineira: Economia, História, Demografia e Políticas Públicas Diamantina*, MG. 2008.
- MACHADO, João da Matta. *Educação physical, moral e intelectual da mocidade no Rio de Janeiro e da sua influencia sobre a saúde*. Rio de Janeiro. Typographia de G. Leuzinger, 1875.
- MIRANDA, Aluizio Ribeiro de. *Sêrro: três Séculos de História*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.
- MOURÃO, Luiz Eugenio Pimenta. *Genealogia e biografias de serranos e diamantinenses*. Rio de Janeiro. 1952.
- SOUZA, Maria Eremita de. *Aconteceu no Serro*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1999.
- PESSOA BRANDÃO, Cláudio H.; CHAMON, C. S. . *História da escolarização do ensino de ofícios manufatureiros em Minas Gerais: um mapeamento das escolas criadas no final do império (1870-1889)*. In: VII Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação de Minas Gerais: a escrita da história da educação em Minas Gerais e no Brasil, 2013.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cultura e representações, uma trajetória. In: *Anos 90*. Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 45-58, jan. /dez. 2006.
- SQUEFF, Letícia Coelho. A Reforma Pedreira na Academia de Belas Artes (1854-1857) e a constituição do espaço social do artista. In: *Caderno Cedes*, Ano XX, nº 51, novembro/2000.
- RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia imperial*. 2004. 430 f. (Tese de doutorado) Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2004.
- SOUZA FILHO, Tarquínio de. *O ensino técnico no Brasil*. Rj: Imprensa Nacional, 1887.
- SILVA, DARIO A. F. DA. BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo (Org.). *Memória sobre o Serro antigo*. 2ª. ed. Serro: Tipographia Serrana/Recanto das Letras, 2008.

Recebido em: 10/06/2019
Aprovado em: 13/04/2020